

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento de veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 16.620 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS,

empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.042 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício, o Bradesco Financiamentos registrou Lucro Líquido de R\$ 422 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 11.211 milhões e Ativos Totais de R\$ 58.634 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas BF Promotora de Vendas Ltda. e Banco Bradesco Europa S.A.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Diretoria			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
ATIVO				PASSIVO			
Disponibilidades.....	04	259	183	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		45.350.581	37.181.076
Instrumentos Financeiros.....		53.865.973	46.756.992	- Recursos de Instituições Financeiras.....	13	45.217.520	37.085.457
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	3.246.961	6.831.041	- Outros Passivos Financeiros.....	14	133.061	95.619
- Títulos e Valores Mobiliários	06	12.395.532	109.357	Provisões.....		1.224.410	1.236.362
- Operações de Crédito	07	34.771.897	36.397.865	- Outras Provisões.....	15	1.224.410	1.236.362
- Outros Instrumentos Financeiros	08	3.451.583	3.418.929	Impostos Diferidos.....		28	647.401
Operações de Arrendamento Mercantil.....	07	159.074	153.752	Outros Passivos.....		17	200.204
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito.....	07	(1.002.485)	(714.870)	Total do Passivo.....		47.422.596	40.323.164
- Operações de Crédito	07	(996.846)	(712.990)				
- Operações de Arrendamento Mercantil	07	(5.639)	(1.880)	Patrimônio Líquido.....		18	
Créditos Tributários.....	28	1.607.787	1.502.986	- Capital Social		7.010.000	7.010.000
Investimentos em Coligadas e Controladas.....	09	2.159.124	2.160.677	- Reservas de Lucros		4.200.809	4.322.406
Imobilizado de Uso.....	10	25.790	29.099	- Ajuste de Avaliação Patrimonial		628	(2.716)
Intangível.....	11	124.904	130.542	Total do Patrimônio Líquido.....		11.211.437	11.329.690
Depreciações e Amortizações.....	(106.040)	(105.525)	(105.525)				
- Imobilizado de Uso	10	(18.981)	(19.512)	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....		58.634.033	51.652.854
- Intangível.....	11	(87.059)	(86.013)				
Outros Ativos.....	12	1.874.931	1.817.247				
Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos.....	(75.284)	(78.229)	(78.229)				
Total do Ativo.....		58.634.033	51.652.854				

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	Nota	2º Semestre	2020	2019		2º Semestre	2020	2019
Receitas da Intermediação Financeira.....		3.614.186	7.162.372	7.378.943	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período.....	(182.931)	421.659	1.203.407
Operações de Crédito	071	3.145.213	6.452.461	6.887.628	Outros Resultados Abrangentes.....	7.226	3.344	784
Operações de Arrendamento Mercantil.....	071	10.666	21.185	18.216	Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	7.226	3.344	784
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	06a	458.307	688.726	473.099	- Próprios.....	8.318	8.280	-
Despesa da Intermediação Financeira.....	(2.851.036)	(4.380.245)	(3.230.251)	(3.230.251)	- De Coligadas e Controladas.....	(1.092)	(4.936)	784
Operações de Captações no Mercado	13b	(2.851.036)	(4.380.245)	(3.230.251)	Resultado Abrangente do Período.....	(175.705)	425.003	1.204.191
Resultado da Intermediação Financeira.....	763.150	2.782.127	4.148.992	4.148.992				
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(371.186)	(971.867)	(544.223)	(544.223)				
- Operações de Crédito	(365.225)	(952.186)	(507.088)	(507.088)				
- Operações de Arrendamento Mercantil.....	(1.773)	(3.769)	(67)	(67)				
- Outros Créditos.....	(4.188)	(15.912)	(37.068)	(37.068)				
Resultado Bruto da Intermediação Financeira.....	391.964	1.810.260	3.604.469	3.604.469				
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(663.925)	(1.413.709)	(2.151.152)	(2.151.152)				
Receitas de Prestação de Serviços.....	19	156.625	272.103	361.995				
Despesas de Pessoal.....	21	(146.086)	(276.573)	(298.898)				
Outras Despesas Administrativas.....	21	(236.136)	(481.106)	(590.808)				
Despesas Tributárias.....	22	(89.147)	(190.538)	(229.387)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	09	2.794	3.384	(104.617)				
Outras Receitas Operacionais.....	23	182.929	348.994	388.902				
Outras Despesas Operacionais.....	24	(453.596)	(944.181)	(1.059.335)				
Reversões/(Despesas) de Provisões	(81.308)	(145.792)	(629.014)	(629.014)				
- Trabalhistas.....	16	(4.199)	(5.944)	(9.818)				
- Fiscais.....	16	798	798	23.653				
- Cíveis.....	16	(79.526)	(128.114)	(403.525)				
- Outras.....	25	1.619	(12.532)	(155.324)				
Resultado Operacional.....	(271.961)	396.551	1.453.317	1.453.317				
Resultado Não Operacional.....	26	(28.958)	(69.604)	(76.365)				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro/(Prejuízo).....	(300.919)	(300.919)	326.947	1.376.952				
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	117.988	94.712	(173.545)				
Lucro/(Prejuízo) Líquido.....	(182.931)	421.659	1.203.407	1.203.407				
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil Ações em R\$.....	(7,40)	42,17	123,05	123,05				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro/(Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(300.919)	326.947	1.376.952
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo) Líquido antes dos Impostos:			
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	371.186	971.867	544.223
Depreciações e Amortizações	33.001	84.156	72.996
Constituições de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.....	113.385	204.051	484.791
Constituições de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio.....	23.614	55.915	51.188
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(2.794)	(3.384)	104.617
(Superveniência) de Depreciação.....	(15.414)	(40.275)	(11.217)
Provisão/(Reversão) para Perdas com Prestamistas.....	(15.279)	(1.969)	152.506
Provisão Reestruturação.....	10.458	10.458	-
Outros.....	3.202	4.043	2.781
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado antes dos impostos.....	220.440	1.611.809	2.778.837
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	5.704.261	5.061.783	(1.211.403)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(12.283.671)	(12.277.895)	(5.886)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil.....	(386.268)	908.739	(5.246.808)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros.....	(17.752)	(44.969)	(159.334)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	(177.209)	(120.140)	(149.319)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros.....	8.906.331	8.169.505	4.467.261
Aumento/(Redução) em Provisões.....	(114.035)	(230.514)	(90.888)
Aumento/(Redução) em Impostos Diferidos.....	18.480	25.821	(299.672)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos.....	35.605	(363.311)	606.343
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(154.916)	(234.288)	(219.136)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	1.751.266	2.526.040	(340.005)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Alienação de Imobilizado de Uso.....	4.948	5.338	190
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	-	(2.029)	(2.440)
Alienação de Intangível.....	10.499	11.517	587
Aquisição de Intangível.....	-	(5.869)	(20.359)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos.....	15.447	8.957	(22.022)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	-	(1.037.218)	(40.800)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos.....	-	(1.037.218)	(40.800)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.766.713	1.497.779	(402.827)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	872.660	1.141.594	1.544.421
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	2.639.373	2.639.373	1.141.594
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.766.713	1.497.779	(402.827)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição) é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactam o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Vale destacar que no 1º semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquilo estabelecido por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Auração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação e aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a 20% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- **Software:** são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de **software** são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de leito de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata die*).

o) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência. Inclui comissões pagas a revendedores e concessionárias de veículos pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da instituição ou quando não mais esperados benefícios futuros. As comissões pagas aos correspondentes bancários pela originação das operações de crédito são integralmente reconhecidas como despesa conforme Circular Bacen nº 3.738/14.

p) Recitas de exercícios futuros

Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos ou quais se referem.

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	55	51
Aplicações em ouro	204	132
Total de disponibilidades (caixa)	259	183
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	2.639.114	1.141.411
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.639.373	1.141.594

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ZBCAPITAL S.A.	41
ARTERIS S.A.	3
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	33
COLUMBUS HOLDINGS SA	39
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	28
PORTO SEGURO S/A	13
SEGUROS SURA S.A.	22

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil							Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Aplicações no mercado aberto:									
Posição bancada	2.639.114	-	-	-	-	-	2.639.114	936.327	
- Notas do tesouro nacional	2.639.114	-	-	-	-	-	2.639.114	936.327	
Subtotal	2.639.114						2.639.114	936.327	
Aplicações em depósitos interfinanceiros:									
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	607.847	-	-	607.847	5.894.714	
Subtotal	-			607.847			607.847	5.894.714	
Em 31 de dezembro de 2020	2.639.114			607.847			3.246.961		
%	81,3			18,7			100,0		
Em 31 de dezembro de 2019	1.034.317	296.444	68.638	293.652	2.213.741	2.924.249		6.831.041	
%	15,2	4,3	1,0	4,3	32,4	42,8		100,0	

b) Recitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	17.274	25.444	35.645
Subtotal	17.274	25.444	35.645
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	429.894	650.285	431.388
Total (Nota 6e)	447.168	675.729	467.033

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira por emissor

	R\$ mil							Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos									
Títulos públicos									
Letras do tesouro nacional	-	6.681	97	12.375.202	12.381.980	12.366.928	15.052	96.104	(1)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	12.291.971	12.291.971	12.275.845	16.126	-	-
Títulos privado									
Letras financeiras do tesouro	13.552	6.681	97	83.231	90.009	91.083	(1.074)	96.104	(1)
Cotas de fundos de investimentos renda fixa	13.552	-	-	-	13.552	13.552	-	13.253	-
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	12.380.480	15.052	109.357	(1)

b) Classificação da carteira por emissor

	R\$ mil							Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos									
Títulos para negociação									
Cotas de fundos de investimentos renda fixa	13.552	-	-	1.816	22.146	22.149	(3)	109.357	(1)
Letras financeiras do tesouro	-	6.681	97	1.816	8.594	8.597	(3)	96.104	(1)
Títulos disponível para venda									
Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.373.386	12.373.386	12.358.331	15.055	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	12.291.971	12.291.971	12.275.845	16.126	-	-
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	12.380.480	15.052	109.357	(1)

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Títulos						
Carteira própria	13.552	-	-	12.350.776	12.364.328	20.645
Título de renda fixa	13.552	-	-	12.350.776	12.364.328	20.645
- Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.291.971	12.291.971	-
- Letras financeiras do tesouro	-	-	-	58.805	58.805	7.392
- Cotas de fundos de investimento renda fixa	13.552	-	-	13.552	13.253	-
Títulos Vinculados	-	6.681	97	24.426	31.204	88.712
A prestação de garantias	-	6.681	97	24.426	31.204	88.712
- Letras financeiras do tesouro	-	6.681	97	24.426	31.204	88.712
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	109.357
%	0,1	0,1	-	99,8	100,0	100,0

a) Modalidades e prazos

	R\$ mil										
	Curso normal							Total em 31 de dezembro de 2020 (A)		Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2020 (A)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	% (1)	
Empréstimos e títulos descontados	307.769	307.416	292.081	832.781	1.468.136	7.046.186	10.254.369	30,7	12.120.170	35,3	
Financiamentos	1.010.446	1.020.310	973.079	2.776.501	4.838.184	12.303.812	22.922.331	68,8	22.128.541	64,3	
Subtotal	1.318.215	1.327.726	1.265.159	3.609.282	6.306.320	19.349.998	33.176.700	99,5	34.248.711	99,6	
Operações de arrendamento mercantil	6.930	6.580	6.223	18.460	32.651	87.103	157.947	0,5	152.654	0,4	
Subtotal	6.930	6.580	6.223	18.460	32.651	87.103	157.947	0,5	152.654	0,4	
Total das operações de crédito	1.325.145	1.334.306	1.271.382	3.627.742	6.338.971	19.437.101	33.334.647	100,0	34.401.365	100,0	
Avais e fianças	-	-	-	-	-	883	883	-	926	-	
Total - Contas de compensação	-	-	-	-	-	883	883	-	926	-	
Total geral em 31 de dezembro de 2020	1.325.145	1.334.306	1.271.382	3.627.742	6.338.971	19.437.984	33.335.530	100,0	34.402.291	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2019	1.374.391	1.341.603	1.320.497	3.684.547	6.536.373	20.144.880					

	R\$ mil										
	Curso anormal							Total em 31 de dezembro de 2020 (B)		Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2020 (B)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	% (1)	
Empréstimos e títulos descontados	15.019	12.181	9.094	19.427	15.049	70.770	70.770	31,1	68.625	20,7	
Financiamentos	50.328	36.925	21.213	25.868	22.657	156.991	227.761	68,9	262.175	79,2	
Subtotal</											

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Total Geral			
	Total em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A+B+C)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados.....	10.699.418	30,6	12.572.796	34,4
Financiamentos.....	24.072.479	68,9	23.824.869	65,2
Subtotal.....	34.771.897	99,5	36.397.665	99,6
Operações de arrendamento mercantil.....	159.074	0,5	153.752	0,4
Subtotal.....	159.074	0,5	153.752	0,4
Total das operações de crédito.....	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0
Avais e fianças.....	883	-	926	-
Total - Contas de compensação.....	883	-	926	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	34.931.854	100,0	36.552.343	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	36.552.343	100,0	36.552.343	100,0

(1) Relação entre modalidade e o total da carteira de crédito, incluindo avais e fianças.

b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Empréstimos e títulos descontados.....	5.852	2.773.488	7.556.625	75.068	58.936	52.940	42.326	33.219	100.964	10.699.418	30,6	12.572.796	34,4
Financiamentos.....	16.656.455	2.848.320	2.017.611	1.595.975	496.772	194.479	58.549	166.213	166.213	24.072.479	68,9	23.824.869	65,2
Subtotal.....	16.662.307	5.621.808	9.574.236	1.671.043	555.708	247.419	100.875	71.324	267.177	34.771.897	99,5	36.397.665	99,6
Operações de arrendamento mercantil.....	105.083	11.643	25.282	6.767	5.116	4.795	165	167	159.074	159.074	0,5	153.752	0,4
Subtotal.....	105.083	11.643	25.282	6.767	5.116	4.795	165	167	159.074	159.074	0,5	153.752	0,4
Avais e fianças.....	-	17	-	342	-	-	-	-	524	883	-	926	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	16.767.390	5.633.468	9.599.518	1.678.152	560.824	252.214	100.931	71.489	267.868	34.931.854	100,0	36.552.343	100,0
%	48,0	16,1	27,5	4,8	1,6	0,7	0,3	0,2	0,8		100,0		
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	20.192.504	13.497.598	979.560	827.332	331.515	191.048	109.369	86.849	336.568	36.552.343	100,0	36.552.343	100,0
%	55,3	36,9	2,7	2,3	0,9	0,5	0,3	0,2	0,9				

(1) Relação entre a modalidade e o total da carteira de crédito sem avais e fianças.

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas.....	-	-	355.341	386.638	229.810	126.203	68.059	48.005	154.413	1.368.469	100,0	1.819.047	100,0
1 a 30.....	-	-	17.527	10.587	17.527	5.196	2.752	1.980	7.947	63.747	4,7	90.483	5,0
31 a 60.....	-	-	17.761	17.201	10.328	5.134	2.717	1.955	7.879	62.975	4,6	87.951	4,8
61 a 90.....	-	-	16.167	16.485	9.997	4.969	2.581	1.848	7.315	59.362	4,3	85.217	4,7
91 a 180.....	-	-	46.574	46.135	28.136	13.946	7.302	5.264	20.478	167.835	12,3	233.802	12,8
181 a 360.....	-	-	78.044	79.421	48.438	24.453	12.629	9.234	34.139	286.358	20,9	401.601	22,1
Acima de 360.....	-	-	179.037	209.869	122.324	72.505	40.078	27.724	76.655	728.192	53,2	919.993	50,6
Parcelas vencidas (2).....	-	-	22.176	40.853	35.046	23.437	18.477	15.685	72.181	227.855	100,0	331.005	100,0
1 a 14.....	-	-	1.282	9.035	6.027	2.177	1.024	746	2.656	22.947	10,1	34.715	10,5
15 a 30.....	-	-	17.527	8.787	4.771	3.106	1.751	1.218	5.281	42.441	18,6	58.128	17,6
31 a 60.....	-	-	3.367	17.602	10.510	5.169	2.859	1.970	7.653	49.130	21,5	71.700	21,6
61 a 90.....	-	-	-	4.246	9.820	4.475	2.706	1.909	7.161	30.317	13,3	41.971	12,7
91 a 180.....	-	-	-	1.183	3.918	6.627	6.132	6.132	20.725	45.308	19,9	73.397	22,2
181 a 360.....	-	-	-	-	-	1.883	3.414	3.710	26.921	35.928	15,8	50.405	15,2
Acima de 360.....	-	-	-	-	-	-	-	-	1.784	1.784	0,8	689	0,2
Subtotal.....	-	-	377.517	427.491	264.856	149.640	86.536	63.690	226.594	1.596.324	100,0	2.150.052	100,0
Provisão específica.....	-	-	3.775	12.825	26.486	44.892	44.892	44.892	44.582	402.422		540.028	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

	Níveis de risco												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Parcelas vencidas.....	16.724.731	5.627.606	9.215.801	1.245.475	294.258	101.804	14.297	7.765	40.584	33.272.321	99,8	34.327.618	99,8
1 a 30.....	751.683	214.549	242.049	39.099	10.185	3.119	420	246	1.468	1.262.818	3,8	1.300.644	3,8
31 a 60.....	808.257	218.230	249.244	41.995	10.878	3.465	448	271	1.519	1.334.307	4,0	1.341.603	3,9
61 a 90.....	765.110	207.319	239.830	42.438	10.984	3.445	452	275	1.529	1.271.382	3,8	1.320.497	3,8
91 a 180.....	2.168.717	589.280	699.763	121.182	31.363	11.052	1.319	797	4.269	3.627.742	10,9	3.684.547	10,7
181 a 360.....	3.682.361	1.044.221	1.301.609	223.802	57.411	18.078	2.406	1.472	7.611	6.338.971	19,0	6.536.373	19,0
Acima de 360.....	8.548.603	3.354.007	6.483.306	776.959	173.437	62.645	9.252	4.704	24.188	19.437.101	58,3	20.143.954	58,6
Vencidas até 14 dias.....	42.659	5.845	6.200	4.844	1.710	770	98	34	166	62.326	0,2	73.747	0,2
Subtotal.....	16.767.390	5.633.451	9.222.001	1.250.319	295.968	102.574	14.395	7.799	40.750	33.334.647	100,0	34.401.365	100,0
Provisão genérica.....	-	28.167	92.220	37.510	29.597	30.773	7.197	5.459	40.750	271.673		104.057	
Total geral em 31 de dezembro de 2020.....	16.767.390	5.633.451	9.599.518	1.677.810	560.824	252.214	100.931	71.489	267.344	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0
Provisão existente.....	-	44.234	242.478	103.900	120.865	100.766	60.906	62.802	267.344	1.002.485		714.870	
Provisão mínima requerida.....	-	28.167	95.995	50.335	56.083	75.665	50.465	50.041	267.344	674.095		644.085	
Provisão complementar.....	-	16.067	146.483	52.755	64.782	25.101	10.441	12.761	-	328.390		70.785	
Total geral em 31 de dezembro de 2019.....	20.192.487	13.497.598	979.227	827.332	331.462	191.048	109.369	86.849	336.045	36.551.417	100,0	36.551.417	100,0
Provisão existente.....	-	80.805	11.105	33.659	51.147	69.568	61.409	71.132	336.045	1.002.485		714.870	
Provisão mínima requerida.....	-	67.488	9.792	24.820	33.146	57.315	54.684	60.795	336.045	674.095		644.085	
Provisão complementar.....	-	13.317	1.313	8.839	18.001	12.253	6.725	10.337	-	328.390		70.785	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Segregação de prazo por operação

Exposição - Operações de Crédito	Níveis de risco							Total
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	
Total em 31 de dezembro de 2020.....	31.615.204	1.338.203	1.134.216	293.958	242.637	299.094	7.659	34.930.971
Total em 31 de dezembro de 2019.....	32.384.458	1.595.270	1.476.563	283.752	401.098	407.559	2.717	36.551.417

d) Concentração das operações de crédito

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Em 31 de dezembro de 2019	% (1)
Maior devedor.....	23.321	0,1	27.813	0,1
Dez maiores devedores.....	175.083	0,5	169.191	0,5
Vinte maiores devedores.....	283.632	0,8	272.710	0,7
Cinquenta maiores devedores.....	506.565	1,5	480.188	1,3
Cem maiores devedores.....	761.239	2,2	702.893	1,9

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2020	%	Em 31 de dezembro de 2019	%
Setor privado.....	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0
Pessoa jurídica.....	5.512.058	15,8	4.708.485	12,9
Serviços.....	3.776.179	10,8	3.071.808	8,4
Comércio.....	1.226.506	3,5	1.171.228	3,2
Indústria.....	446.856	1,3	411.071	1,1
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal.....	62.517	0,2	54.378	0,2
Pessoa física.....	29.418.913	84,2	31.842.932	87,1
Total.....	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0

h) Provisão para perdas esperadas e movimentação da provisão

I) Composição - provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

i) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Table with columns for 2020 and 2019, showing movement of provisions for expected losses. Includes rows for specific, general, and complementary provisions, and recovery of credits.

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos...

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

Table showing the composition of investments in consolidated financial statements, including BF Promotora de Vendas Ltda. and other participations.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Table showing adjustments to the valuation of investments, including results from companies like Banco Bradesco Europa S.A. and BF Promotora de Vendas Ltda.

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

10) IMOBILIZADO DE USO

Table showing the movement of fixed assets, including installations, vehicles, and other assets, with columns for annual tax, cost, depreciation, and book value.

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento, com taxa de amortização anual de 20% a 50% e por aquisição de direitos para prestação de serviços financeiros...

12) OUTROS ATIVOS

Table showing other assets, including anticipated taxes, various debtors, and other receivables.

a) Outros valores e bens

I) Bens não de uso próprio/outros

Table showing non-own-use assets, including vehicles and other assets, with columns for cost, provisions, and liquid cost.

II) Despesas antecipadas

Table showing prepaid expenses, including registration taxes and commissions.

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

Table showing financial resources from institutions, categorized by maturity periods from 1 to 30 days to over 180 days.

b) Despesa de operações de captações no mercado aberto

Table showing open market funding operations, including deposits from financial institutions.

(1) Em 2020, inclui despesa de R\$ 1.215.471 mil referente ao resgate antecipado de depósitos interfinanceiros com partes relacionadas.

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Table showing other financial liabilities, including intercompany relationships and interdependencies.

15) OUTRAS PROVISÕES

Table showing other provisions, including contingencies, payment provisions, and financial guarantees.

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

I - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do Artigo 224 da CLT.

II - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos.

III - Provisão para riscos fiscais
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

IV - Provisão para riscos trabalhistas
A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

j) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

Table showing the composition of the lease portfolio at present value, including financial leases to receive and depreciation of leased assets.

8) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Table showing other financial instruments, including debtors for deposits with guarantee and other receivables.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro...

IV - Movimentação das provisões

Table showing the movement of provisions, categorized by employee status: workers, citizens, and fiscal.

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

(1) Compreendem, substancialmente, por obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:
- Autuação de IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos...

- Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98)...

- Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 509.033 mil (2019 - R\$ 499.325 mil).

Sumário
Caderno Empresarial 2

Table with 2 columns: Item and Page. Includes BALANÇO, ZBCAPITAL S.A., ARTERIS S.A., BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., COLUMBUS HOLDINGS SA, PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO S/A, SEGUROS SURA S.A.

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 131 • Número 38
São Paulo, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021
Página 36
Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

22) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins	67.318	151.748	178.106
Contribuição ao PIS	10.939	24.659	29.041
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	3.710	6.509	7.880
Outras	7.180	7.622	14.360
Total	89.147	190.538	229.387

23) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Reembolso de despesas operacionais	93.118	128.978	12.330
Atualizações monetárias ativas	33.124	92.665	188.442
Rendas de portabilidade	48.452	92.540	121.735
Recursos de recuperação de encargos e despesas	6.946	30.586	61.764
Outras	1.289	4.225	4.631
Total	182.929	348.994	388.902

24) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Comissões e serviços de intermediação de crédito	291.028	518.930	665.038
Despesas com descontos concedidos	33.013	79.155	41.661
Devolução de diferença de taxa	11.030	75.741	-
Atualizações monetárias passivas	30.473	70.841	53.273
Fiscalização de custo operacional	25.240	67.164	145.385
Busca e apreensão de veículos	28.825	63.101	73.650
Perdas por fraudes em operações de consignado	12.756	27.974	30.178
Outras	21.231	41.275	50.150
Total	453.596	944.181	1.059.335

25) DESPESAS(REVERSÕES) DE PROVISÕES - OUTRAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Provisão de reestruturação	10.458	10.458	-
Provisão para honorários de êxilo	3.199	4.051	2.857
Provisão/(Reversão) para perdas com prestamistas	(15.279)	(1.969)	152.506
Outras	3	(8)	(39)
Total	(1.619)	12.532	155.324

26) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado na alienação e baixa de valores e bens	(5.344)	(13.689)	(25.177)
Constituição de provisões não operacionais	(23.614)	(53.615)	(51.188)
Total	(28.958)	(68.604)	(76.365)

27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) A divulgação das transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2020	Em 31 de dezembro 2019
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.246.961	6.831.041
Operações de crédito	-	-
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	45.217.520	37.085.457
Juros sobre capital próprio	-	575.450

	2º semestre de 2020 - R\$ mil			
	Controlador	Coligadas e Controladas	Pessoa-chave da Administração	Total
Recursos de intermediação financeira	445.531	-	-	445.531
Despesas de intermediação financeira (Nota 13b)	(2.851.036)	-	-	(2.851.036)
Outras despesas	(254)	(10.966)	(58)	(11.278)

	R\$ mil	
	2020	2019
Recursos de intermediação financeira	674.092	467.033
Despesas de intermediação financeira (Nota 13b)	(4.380.245)	(3.230.251)
Outras despesas	(464)	(454)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.
Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.435 mil (2019 - R\$ 4.778 mil) para remuneração dos Administradores, sendo que, parte deste refere-se à contribuição previdenciária para o INSS, que constitui ônus da Instituição e de R\$ 2.550 mil (2019 - R\$ 2.471 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	1.242	2.871	4.750
Total	1.242	2.871	4.750

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.375	2.550	2.351
Total	1.375	2.550	2.351

O Bradesco Financiamentos não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

28) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(300.919)	326.947	1.376.952
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	135.414	(147.126)	(550.780)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e de controle compartilhado	1.257	1.523	(41.847)
Despesas indutíveis liquidas de receitas não tributáveis	(650)	(826)	(6.138)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	244.465	270.800
Outros valores (1)	(18.033)	(3.324)	154.420
Imposto de renda e contribuição social do período	117.988	94.712	(173.545)

(1) Em 2019, inclui basicamente: (i) reversão de IR e CS sobre perdas no recebimento de crédito no montante de R\$ 41.068 mil; (ii) o efeito de R\$ 90.750 mil, referente à majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019; e (iii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	318.676	22.267	(187.966)
Impostos diferidos:			
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(355.717)	(82.584)	14.421
Constituição no período sobre:			
Base negativa de contribuição social	64.636	64.636	-
Prejuízo fiscal	90.393	90.393	-
Total dos impostos diferidos	(200.688)	72.445	14.421
Imposto de renda e contribuição social do período	117.988	94.712	(173.545)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	794.701	452.056	(346.013)
Provisões civis	191.012	7.682	(28.204)
Provisões fiscais	219.386	6.317	(194)
Provisões trabalhistas	72.021	12.932	(2.952)
Provisão para desvalorização de bens não de uso	35.203	25.162	(26.487)
Ágio amortizado	812	-	(148)
Impairment de títulos e investimentos	7	3	(7)
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	29	2	(2)
Outros	189.815	10.965	(161.330)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.502.986	515.119	(565.347)

	R\$ mil		
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país	-	155.029	-
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	1.502.986	670.148	(565.347)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 28e)	608.270	44.204	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	894.716	625.944	(560.274)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	2021	2022	2023
Diferenças Tributárias	149.904	121.908	90.393
Imposto de renda	149.903	119.907	-
Contribuição social	129.525	103.606	-
2024	129.525	103.606	-
2025	105.846	84.662	-
2026	5.755	4.604	-
2027	131.175	104.583	-
2028	5.694	4.555	-
Total	807.327	645.431	90.393

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.532.886 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.440.564 mil), sendo: R\$ 1.378.822 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 1.440.564 mil) de diferenças temporárias e R\$ 154.064 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Todos os créditos tributários do Banco Bradesco Financiamentos foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil		
	Saldo em em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa
Superveniência de depreciação	20.822	15.081	(5.073)
Atualização de depósitos judiciais	587.448	22.348	-
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	608.270	37.429	(5.073)
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	6.775	-
Total dos impostos diferidos (Nota 28c)	608.270	44.204	(5.073)

29) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado
Ativo					
Disponibilidades	259	-	-	-	259
Instrumentos financeiros	4.312.642	7.140.014	6.631.208	35.782.109	53.865.973
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.639.114	607.847	-	-	3.246.961
- Títulos e valores mobiliários	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532
- Operações de crédito	1.635.072	6.525.486	6.631.111	19.980.228	34.771.897
- Outros Instrumentos financeiros	24.904	-	-	3.426.679	3.451.583
Operações de arrendamento mercantil	7.007	31.470	32.849	87.748	159.074
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(147.610)	(154.184)	(158.983)	(541.708)	(1.002.485)
- Operações de crédito	(147.449)	(153.469)	(158.268)	(537.860)	(996.846)
- Operações de arrendamento mercantil	(161)	(715)	(715)	(4.048)	(5.639)
Créditos tributários	-	211.813	212.621	1.183.353	1.607.787
Investimentos em coligadas e controladas	-	-	-	-	2.159.124
Imobilizado de uso	-	-	-	-	25.790
Intangível	-	-	-	-	124.904
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(106.040)
Imobilizado de uso	-	-	-	-	(18.981)
- Intangível	-	-	-	-	(87.059)
Outros ativos	233.998	90.021	104.199	1.446.334	379
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(75.284)	-	-	-	(75.284)
Total em 31 de dezembro de 2020	4.321.012	7.316.134	6.821.894	37.957.836	58.634.833
Total em 31 de dezembro de 2019	2.882.416	7.584.279	9.225.396	29.579.982	51.652.854

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado
Passivo					
Depósitos e demais instrumentos financeiros	758.318	6.468.027	6.502.626	31.621.610	45.350.581
- Recursos de instituições financeiras	625.257	6.468.027	6.502.626	31.621.610	45.217.520
- Outros passivos financeiros	133.061	-	-	-	133.061
Provisões	1.185.096	216	-	39.098	1.224.410
- Outras provisões	1.185.096	216	-	39.098	1.224.410
Impostos diferidos	-	11.707	4.933	630.761	647.401
Outros passivos	144.839	-	-	-	55.365
Total do passivo	2.088.253	6.479.950	6.507.559	32.291.469	55.365
Patrimônio líquido					
Capital social	-	-	-	-	7.010.000
Reservas de lucros	-	-	-	-	4.200.809
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	628
Total do patrimônio líquido	2.088.253	6.479.950	6.507.559	32.291.469	11.211.437
Total em 31 de dezembro de 2020	2.088.253	6.479.950	6.507.559	32.291.469	58.634.033
Total em 31 de dezembro de 2019	2.550.302	6.717.714	7.550.788	23.321.884	51.652.854

30) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 421.659 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 427.132 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (5.473) mil líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: i. Provisão de Reestruturação R\$ (5.469) mil; Processo de reestruturação de parte dos negócios; e ii. Impairment de Ativos Não Financeiros - R\$ (4) mil; sistemas.

Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ 1.203.407 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 1.197.332 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ 6.075 mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: i. Programa de Desligamento Voluntário 2019 - PDV - R\$ (6.758) mil; Readequação da estrutura de departamentos; ii. Crédito Tributário - R\$ 85.130 mil; Majoração da alíquota de CSLL dos bancos de 15% para 20% sobre as diferenças temporárias e base negativa, estabelecido na Emenda Constitucional nº 103/19; e iii. Passivos Contingentes - R\$ (72.297) mil; constituição atípica de provisões civis e trabalhistas.

b) Aiais e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 883 mil (2019 - R\$ 926 mil), e estão registrados em contas de compensação. A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de fianças prestadas, definida na Resolução nº 4.512/16 do Bacen, foi de R\$ 63 mil (2019 - R\$ 61 mil).

c) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

d) Gerenciamento de riscos
A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O Bradesco Financiamentos, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 -

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3f e 7h a Instituição registrou R\$ 1.002.485 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações de crédito (que compreendem as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito) em 31 de dezembro de 2020.

Para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, acentuado pelos efeitos da atual conjuntura econômica resultantes da pandemia da Covid-19, envolvendo na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos processos de desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) a definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.

Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição dos percentuais de provisionamento de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto aos impactos gerados pela pandemia da Covid-19, como o aumento da inadimplência de determinados setores, aumento do índice de desemprego, entre outros.

Analisamos, por amostragem, o cálculo aritmético da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3m e 16, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades, com as respectivas provisões registradas nas demonstrações contábeis consolidadas nos montantes de R\$ 530.000 mil, R\$ 378.867 mil e R\$ 182.202 mil, respectivamente.

Para certos processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de carnêlets de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e algumas outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Para ações trabalhistas, a Instituição utilizou um modelo, com base em dados de processos similares encerrados, segregando os processos em relação à data de entrada vis a vis a data da implementação da reforma trabalhista (nov/2017), apurando a média de perda para cada grupo de ações.

Nós consideramos a mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, incluindo controles relacionados à (i) avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas; e (ii) avaliação sobre os modelos e premissas utilizadas na mensuração da provisão e dos passivos contingentes trabalhistas.

Para certos processos cíveis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas/jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.

Obtivemos e avaliamos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos da Instituição para ações fiscais, que incluem uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos cíveis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências cíveis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para os processos trabalhistas, os principais procedimentos compreenderam: (i) avaliação do modelo utilizado pela Instituição, por meio da análise de diferentes cenários simulados, confrontando com os resultados obtidos pelo modelo da Instituição; (ii) análise das segregações utilizadas nos modelos, por natureza dos processos, compreendendo a época de ingresso (pré ou pós reforma trabalhista) e a característica do autor (ex-empregados ou terceiros); (iii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pela Instituição para determinar a provisão de ações trabalhistas com base no histórico de perda dos últimos exercícios em processos similares.

Avaliamos também, para as ações cíveis e trabalhistas, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, cível e trabalhista no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo. Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- (i) Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- (ii) Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas;
- (iii) Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- (iv) Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de fevereiro de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ZBCAPITAL S.A	41
ARTERIS S.A.	3
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	33
COLUMBUS HOLDINGS SA	39
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	28
PORTO SEGURO S/A	13
SEGUROS SURA S.A.	22

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.aspx
(11) 2799 9687

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 38 **Página 38**
São Paulo, sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de fevereiro de 2021 às 01:33:14



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Banco Bradesco S.A.

No segmento de veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes do Banco Bradesco S.A. linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendedoras e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 16.620 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com

desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.042 Correspondentes, atua em todos os estados brasileiros na captação de clientes.

No exercício, o Bradesco Financiamentos registrou Lucro Líquido de R\$ 422 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 11.211 milhões e Ativos Totais de R\$ 58.634 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Instituição possui participação societária nas empresas BF Promotora de Vendas Ltda. e Banco Bradesco Europa S.A. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 03 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table with columns for Nota, 2020, 2019 and sub-totals for ATIVO and PASSIVO.

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table showing income statement items like Receitas da Intermediação Financeira, Despesas da Intermediação Financeira, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table showing comprehensive income statement items like Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil. Table showing changes in equity components like Capital Social, Reservas de Lucros, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Table showing cash flow items like Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Investimentos, etc.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição) é uma instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/19 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.
b) Apreciação do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento.
c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e presente risco insignificante de mudança de valor justo.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compreendidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado.
e) Títulos e valores mobiliários - classificação
Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.
f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de acordo (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.
g) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e presente risco insignificante de mudança de valor justo.
h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime de competência.
i) Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.
k) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e presente risco insignificante de mudança de valor justo.

A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, o mesmo nível de risco, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas nas datas de renegociação.

As operações que se enquadram nos requisitos da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

As operações em atraso classificadas como nível "H" não são baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários" e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superávit líquido de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superávit líquido de depreciação e aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda constitucional nº 103 que alterou o Artigo 32, e majorou a alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo registrados na rubrica "Investimentos", e os investimentos em empresas não controladas e coligadas são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

i) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a 20% ao ano; sistemas de processamento de dados - 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

j) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:
- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.
- Software: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido dos custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de teste de valor recuperável do ativo, sujeito a um teste de teste de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Os ativos em uso, são utilizados as projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de quaisquer ativos alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo pro rata.

l) Depósitos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata die).

o) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime de competência. Inclui comissões pagas a revendedores e concessionárias de veículos pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não mais esperados benefícios futuros.

As comissões pagas aos correspondentes bancários pela originização das operações de crédito são integralmente reconhecidas como despesa conforme Circular Bacen nº 3.738/14.

III) Receitas de exercícios futuros
Representam os valores das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamentos aos quais se referem.

o) Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos com origem ajustos: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e presente risco insignificante de mudança de valor justo.

RS mil

Em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2019

Disponibilidades em moeda nacional

Aplicações em ouro

Total de disponibilidades (caixa)

Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)

Total de caixa e equivalentes de caixa

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Aplicações no mercado aberto:								
Posição bancada	2.639.114	-	-	-	-	-	2.639.114	936.327
- Notas do tesouro nacional	2.639.114	-	-	-	-	-	2.639.114	936.327
Subtotal	2.639.114						2.639.114	936.327
Aplicações em depósitos interfinanceiros:								
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	607.847	-	-	607.847	5.894.714
Subtotal				607.847			607.847	5.894.714
Em 31 de dezembro de 2020	2.639.114			607.847			3.246.961	
%	81,3			18,7			100,0	
Em 31 de dezembro de 2019	1.034.317	296.444	68.638	293.652	2.213.741	2.924.349		6.831.041
%	15,2	4,3	1,0	4,3	32,4	42,8		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2º Semestre 2020	2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Rendas de aplicações em operações compromissadas:				
Posição bancada	17.274	25.444	25.444	35.645
Subtotal	17.274	25.444	25.444	35.645
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	429.894	650.285	650.285	431.388
Total (Nota 6e)	447.168	675.729	675.729	467.033

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Composição da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro de 2020					Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos										
Títulos públicos										
Letras do tesouro nacional	-	6.681	97	12.375.202	12.381.980	12.366.928	15.052	96.104	(1)	
Letras financeiras do tesouro	-	6.681	97	83.231	12.291.971	12.275.845	16.126	-	(1)	
Títulos privado										
Cotas de fundos de investimento renda fixa	13.552	-	-	-	90.009	91.083	(1.074)	96.104	(1)	
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	12.380.480	15.052	109.357	(1)	

b) Classificação da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro de 2020					Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado	
Títulos										
Títulos para negociação										
Cotas de fundos de investimento renda fixa	13.552	6.681	97	1.816	22.146	22.149	(3)	109.357	(1)	
Letras financeiras do tesouro	-	6.681	97	-	8.594	8.597	(3)	96.104	(1)	
Títulos disponível para venda										
Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.373.386	12.373.386	12.358.331	15.055	-	-	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	12.291.971	12.291.971	12.275.845	16.126	-	-	
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	12.380.480	15.052	109.357	(1)	

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Composição das carteiras distribuídas pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro de 2020					Em 31 de dezembro de 2019				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2020	1 a 30 dias	31 a 60 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Em 31 de dezembro de 2019
Títulos										
Carteira própria										
Título de renda fixa	13.552	-	-	12.350.776	12.364.328	20.645	-	-	-	-
- Letras do tesouro nacional	-	-	-	12.291.971	12.291.971	7.392	-	-	-	-
- Letras financeiras do tesouro	-	-	-	58.805	58.805	13.253	-	-	-	-
- Cotas de fundos de investimento renda fixa	13.552	-	-	6.223	6.223	88.712	-	-	-	-
Títulos Vinculados										
A prestação de garantias	-	6.681	97	24.426	31.204	88.712	-	-	-	-
- Letras financeiras do tesouro	-	6.681	97	24.426	31.204	88.712	-	-	-	-
Total geral	13.552	6.681	97	12.375.202	12.395.532	109.357				
%	0,1	0,1	-	99,8	100,0	100,0				

d) Instrumentos financeiros derivativos

O Bradesco Financiamentos não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

e) Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	447.168	675.729	467.033
Títulos de renda fixa	11.139	12.997	6.096
Total	458.307	688.726	473.099

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Apresentamos as informações relativas às operações de crédito, que incluem operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

	Curso normal								Total em 31 de dezembro de 2020 (A)		Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2020 (A)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (A)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (A)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados												
Financiamentos	307.769	307.416	292.081	932.781	1.468.136	7.046.186	10.254.369	30,7	12.120.170	35,3	12.120.170	35,3
Operações de arrendamento mercantil	1.010.446	1.020.310	973.078	2.776.501	4.838.184	12.303.812	22.922.331	68,8	22.128.541	64,3	22.128.541	64,3
Subtotal	1.318.215	1.327.726	1.265.159	3.609.282	6.306.320	19.349.798	33.176.700	99,5	34.248.711	99,6	34.248.711	99,6
Operações de arrendamento mercantil	6.930	6.580	6.223	18.460	32.651	87.103	157.947	0,5	152.654	0,4	152.654	0,4
Subtotal	6.930	6.580	6.223	18.460	32.651	87.103	157.947	0,5	152.654	0,4	152.654	0,4
Total das operações de crédito	1.325.145	1.334.306	1.271.382	3.627.742	6.338.971	19.437.101	33.334.647	100,0	34.401.365	100,0	34.401.365	100,0
Avais e fianças	-	-	-	-	-	883	883	-	926	-	926	-
Total - Contas de compensação						883	883	-	926	-	926	-
Total geral em 31 de dezembro de 2020	1.325.145	1.334.306	1.271.382	3.627.742	6.338.971	19.437.984	33.335.530	100,0	34.402.291	100,0	34.402.291	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	1.374.391	1.341.603	1.320.497	3.684.547	6.536.373	20.144.880	33.335.530	100,0	34.402.291	100,0	34.402.291	100,0

b) Modalidades e prazos

	Curso anormal								Total em 31 de dezembro de 2020 (B)		Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2020 (B)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (B)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (B)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados												
Financiamentos	15.019	12.181	9.094	37.729	19.427	15.049	70.770	31,1	68.625	20,7	68.625	20,7
Operações de arrendamento mercantil	50.328	36.925	24.072	479	25.668	22.657	156.961	68,9	262.175	79,2	262.175	79,2
Subtotal	65.347	49.106	33.030	45.295	45.295	37.706	227.761	100,0	330.800	99,9	330.800	99,9
Operações de arrendamento mercantil	42	23	10	13	6	6	94	-	205	0,1	205	0,1
Subtotal	42	23	10	13	6	6	94	-	205	0,1	205	0,1
Total geral em 31 de dezembro de 2020	65.389	49.129	33.017	45.308	45.308	37.712	227.855	100,0	331.005	100,0	331.005	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	92.843	71.700	41.971	73.397	51.094	20.144.880	20.144.880	100,0	34.402.291	100,0	34.402.291	100,0

c) Modalidades e prazos

	Curso anormal								Total em 31 de dezembro de 2020 (C)		Total em 31 de dezembro de 2019 (C)	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de dezembro de 2020 (C)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (C)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019 (C)	% (1)
Empréstimos e títulos descontados												
Financiamentos	14.551	14.501	13.168	37.729	19.427	62.628	231.702	27,3	374.279	21,1	384.001	21,1
Operações de arrendamento mercantil	49.161	48.440	46.161	130.013	223.538	495.844	993.157	72,6	1.434.153	78,8	1.434.153	78,8
Subtotal	63.712	62.941	59.329	167.742	286.166	727.546	1.367.436	99,9	1.818.154	99,9	1.818.154	99,9
Operações de arrendamento mercantil	35	34	33	94	192	645	1.033	0,1	893	0,1	893	0,1
Subtotal	35	34	33	94	192	645	1.033	0,1	893	0,1	893	0,1
Total geral em 31 de dezembro de 2020	63.747	62.975	59.362	167.836	286.358	728.191	1.368.469	100,0	1.819.047	100,0	1.819.047	100,0
Total geral em 31 de dezembro de 2019	90.483	87.951	85.217	233.802	401.601	919.993	1.368.469	100,0	1.819.047	100,0	1.819.047	100,0

d) Modalidades e prazos



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II) Segregação de prazo por operação

Exposição - Operações de Crédito	Em dia	Atraso até		Atraso de		Atraso de		Atraso de		Atraso acima		Total
		14 dias	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	de 360 dias					
Total em 31 de dezembro de 2020	31.615.204	1.338.203	1.134.216	293.958	242.637	299.094	7.659	34.930.971				
Total em 31 de dezembro de 2019	32.384.458	1.595.270	1.476.563	283.752	401.098	407.559	2.717	36.551.417				

d) Concentração das operações de crédito

Maior devedor	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Dez maiores devedores	28.321	0,1	27.813	0,1
Vinte maiores devedores	175.083	0,5	169.191	0,5
Cinquenta maiores devedores	283.632	0,8	272.710	0,7
Cem maiores devedores	506.565	1,5	480.188	1,3
Cem maiores devedores - critério Bacen	761.239	2,2	702.893	1,9

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Pessoa jurídica	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0
Pessoa jurídica de direito privado	5.512.058	15,8	4.708.485	12,9
Serviços	3.776.179	10,8	3.071.808	8,4
Comércio	1.226.506	3,5	1.171.228	3,2
Indústria	446.856	1,3	411.071	1,1
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	62.517	0,2	54.378	0,1
Pessoa física	29.418.913	84,2	31.842.932	87,1
Total	34.930.971	100,0	36.551.417	100,0

h) Provisão para perdas esperadas e movimentação da provisão

l) Composição - provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Provisão				Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2019	% (1)	
		Mínima requerida		Total em 31 de dezembro de 2020	Total em 31 de dezembro de 2019					
		Vencidas	Específica							
A	0,5	-	-	28.167	28.167	16.067	44.234	4,4	80.805	
B	1,0	222	3.553	92.220	95.995	146.483	242.478	24,2	11.105	
C	3,0	1.225	11.800	37.510	50.335	52.755	103.090	10,3	33.659	
Subtotal		1.447	15.153	174.897	174.897	215.305	389.802	38,9	125.569	
D	10,0	3.505	22.981	29.597	56.083	64.782	120.865	12,1	51.147	
E	30,0	7.031	37.861	44.892	30.773	75.665	25.101	10,0	69.568	
F	50,0	9.239	34.029	43.268	7.197	50.465	60.906	6,1	61.409	
G	70,0	10.979	33.003	43.982	5.459	50.041	62.802	6,2	71.132	
H	100,0	72.181	154.413	226.594	40.750	267.344	-	267.344	26,7	336.045
Subtotal		102.935	282.887	385.822	113.776	499.598	113.085	61,1	589.301	
Total geral em 31 de dezembro de 2020		104.382	298.040	402.422	271.673	674.095	328.390	1.002.483	100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2019		154.778	385.250	540.028	104.057	644.085	70.785	714.870		
%		21,6	53,9	75,5	14,6	90,1	9,9		100,0	

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

j) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2020	2019
- Provisão específica (1)	540.028	536.605
- Provisão genérica (2)	104.057	88.777
- Provisão complementar (3)	70.785	133.051
Saldo inicial em 1º de janeiro	714.870	758.433
Constituição de provisão para perdas esperadas	955.955	507.155
Reversões de provisão para perdas esperadas	(668.340)	(550.718)
Saldo final em 31 de dezembro	1.002.485	714.870
- Provisão específica (1)	402.422	540.028
- Provisão genérica (2)	271.673	104.057
- Provisão complementar (3)	328.390	70.785
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4) (5)	144.997	245.835

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
- (3) A provisão complementar é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão complementar por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7);
- (4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e
- (5) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo, sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 279.047 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 2.642 mil.

9) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

a) Composição dos investimentos nas demonstrações contábeis

BF Promotora de Vendas Ltda.	Valor contábil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Banco Bradesco Europa S.A.	2.159.966	2.159.697
Outras participações	758	580
Total	2.159.124	2.160.277

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuída (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido	Resultado de equivalência patrimonial		
						2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2020	Acumulado em 31 de dezembro de 2019
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	1.394.534	2.792.905	1	0,03%	38.720	1	11	19
Outras atividades						2.833	3.205	(104.658)
BF Promotora de Vendas Ltda.	2.426.220	2.157.966	-	100,00%	3.205	(40)	168	22
Ganho/Perda cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-	(6.451)	3.384	(104.617)
Total de investimentos	-	-	-	-	-	2.794	3.384	(104.617)

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores.

10) MOBILIZADO DE USO

Instalações, móveis e equipamentos de uso	Taxa anual	Custo líquido de depreciação			
		Custo	de depreciação		
			Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
10% a 20%	14.501	(11.023)	3.478	6.386	
Sistemas de processamento de dados	20%	10.388	(7.374)	3.014	2.150
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	901	(584)	317	1.071
Total em 31 de dezembro de 2020		25.790	(18.981)	6.809	
Total em 31 de dezembro de 2019		23.099	(19.512)	3.587	

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por software e respectivos gastos com desenvolvimento, com taxa de amortização anual de 20% a 50% e por aquisição de direitos para prestação de serviços financeiros, com taxa de amortização definida por contrato. Em 31 de dezembro de 2020, apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 37.845 mil (2019 - R\$ 44.529 mil).

12) OUTROS ATIVOS

Tributos antecipados	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Outros valores e bens (Nota 12a)	1.613.358	1.543.763	202.063	6.386
Devedores diversos	173.571	85.171	65.912	45
Relações interfinanceiras e interdependências	54	54	45	45
Outros	2.777	5.464	11	10
Total	1.874.931	1.817.247	284	100

I) Bens não de uso próprio/outros

Veículos e afins	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Provisões para depreciações	133.929	(73.927)	60.002	74.343
Outros	1.368	(1.357)	11	10
Total em 31 de dezembro de 2020	135.297	(75.284)	60.013	74.353
Total em 31 de dezembro de 2019	152.582	(78.229)	74.353	74.353

II) Despesas antecipadas

Taxas de registros de contratos	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Comissões sobre financiamentos	26.549	30.753	18.728	49.481
Total	38.274	30.753	18.728	49.481

13) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

Depósitos interfinanceiros	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
1 a 30 dias	625.257	1.239.071	1.481.819	3.747.136
31 a 60 dias	1.481.819	1.481.819	1.481.819	1.481.819
61 a 90 dias	1.481.819	1.481.819	1.481.819	1.481.819
91 a 180 dias	1.481.819	1.481.819	1.481.819	1.481.819
181 a 360 dias	6.502.626	31.621.611	6.502.626	31.621.611
Acima de 360 dias	31.621.611	45.217.520	37.085.457	37.085.457
Total	625.257	1.239.071	1.481.819	3.747.136

b) Despesa de operações de captações no mercado aberto

Depósitos interfinanceiros (1)	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Total	2.851.036	4.380.245	3.230.251	4.380.245
Total	2.851.036	4.380.245	3.230.251	4.380.245

(1) Em 2020, inclui despesa de R\$ 1.215.471 mil referente ao resgate antecipado de depósitos interfinanceiros com partes relacionadas.

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Relações interfinanceiras e interdependências	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Total	133.061	95.619	133.061	95.619

15) OUTRAS PROVISÕES

Provisão para contingências	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Provisão para pagamentos a efetuar	1.135.763	1.139.225	97.076	61
Provisão para garantias financeiras prestadas	88.584	88.584	61	61
Total	1.224.410	1.228.362	158.142	122

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCALIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do Artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores: entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco Financiamentos não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis
São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

f) Movimentação da carteira de renegociação

Saldo inicial em 1º de janeiro	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Renegociação	434.616	250.840	434.616	250.840
Recebimentos	2.014.474	3.940.875	(789.984)	(149.635)
Baixas	(63.487)	(48.817)	(63.487)	(48.817)
Saldo final em 31 de dezembro	1.595.619	434.616	1.595.619	434.616
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	186.877	89.082	186.877	89.082
Percentual sobre a carteira de renegociação	11,7%	20,5%	11,7%	20,5%

g) Receitas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

Empréstimos e títulos descontados	2º Semestre 2020		Acumulado em 31 de dezembro de 2020		Acumulado em 31 de dezembro de 2019	
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Financiamentos	1.070.393	2.282.087	1.929.823	3.931.016	1.929.823	3.931.016
Subtotal	3.000.216	6.213.103	3.000.216	6.213.103	3.000.216	6.213.103
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	144.997	239.358	144.997	239.358	144.997	239.358
Subtotal	3.145.213	6.452.461	3.145.213	6.		



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para certos processos civis e fiscais, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas/jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares. Obtivemos e avaliamos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos da Instituição para ações fiscais, que incluem uma avaliação da probabilidade de perda e a estimativa do valor da perda, bem como as avaliações de probabilidade de perda e mensuração de risco recebidas dos consultores jurídicos internos para determinados processos civis. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e avaliamos a suficiência das divulgações relativas a contingências civis e fiscais em relação a esses assuntos.

Para os processos trabalhistas, os principais procedimentos compreenderam: (i) avaliação do modelo utilizado pela Instituição, por meio da análise de diferentes cenários simulados, confrontando com os resultados obtidos pelo modelo da Instituição; (ii) análise das segregações utilizadas nos modelos, por natureza dos processos, compreendendo a época de ingresso (pré ou pós reforma trabalhista) e a característica do autor (ex-empregados ou terceiros); (iii) teste sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pela Instituição para determinar a provisão de ações trabalhistas com base no histórico de perda dos últimos exercícios em processos similares.

Avaliamos também, para as ações civis e trabalhistas, a suficiência de provisão através do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão, intensificando as análises em relação ao entendimento de casos específicos que tenham divergido das médias de desembolsos históricos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal, civil e trabalhista no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

O ambiente de tecnologia da Instituição possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente devem prover segurança razoável de que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma íntegra e precisa e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria em função da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar desse assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo.

Com auxílio de nossos profissionais de tecnologia da informação com experiência e conhecimento no setor realizamos os seguintes procedimentos:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles de acesso chave, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de revisão dos usuários ativos;
- Efetuamos testes, com base em amostragem, uma vez que planejamos confiar em informações específicas, sobre informações extraídas de determinados sistemas, consideradas relevantes para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas;
- Nas áreas em que, pelo nosso julgamento, existe uma alta dependência de tecnologia da informação, nossos testes incluíram também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controles sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos;
- Quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório financeiro e demais processos relevantes totalmente automatizados ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar os controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a uma mudança de opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativas na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P-028567/F

Osasco, 25 de fevereiro de 2021

André Dala Poia
Contador CRC 1SP214007/O-2

25,1 MILHÕES DE INVESTIDORES QUE PODERÃO ESCOLHER A SUA EMPRESA NO PRÓXIMO ANO

Anunciando nos veículos certos, você coloca a credibilidade, a força e a abrangência de quem é líder a serviço da sua comunicação com o mercado econômico e financeiro.

ECONÔMICO Valor + O GLOBO + Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



Fontes: D) Kantar Ibope Media BR TG 2019 II (Q019.26 + 2019.16) (M.O. - Pessoas - 2) Pesquisa interna: Abr/19.

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333
www.valor.com.br/valor-ri